

Antonio Candido e o projeto de Brasil

Regina Zilberman
(PUC-RS)

*Mas olhemos antes, em sua generalidade, a **Formação da literatura brasileira**. O livro, fundamental como poucos outros serão em nossa cultura - do porte, digamos, de **Um estadista do Império, Casa-grande e senzala, Raízes do Brasil** -, é, antes de mais nada, uma história do Brasil. Mas uma história que se desenrola numa região mental diferente. Trata-se do Brasil pensando a si próprio. O monólogo interior do Brasil.*

Antonio Callado

1 Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

No estudo sobre o que chama de comunidades imaginadas, Benedict Anderson escrutina o modo como, nas diferentes regiões do globo terrestre, se constitui o sentimento de nação ou a consciência nacional.¹ Se, na Europa, a introdução da imprensa fraturou a unidade do latim, promoveu a ascensão das línguas vernáculas e, com isso, enfraqueceu o poder centralizador da Igreja, na América o processo foi distinto. Nesse continente, a consciência nacional associou-se ao movimento separatista, resultante do fortalecimento de uma sensibilidade singular, conforme a qual as pessoas geradas no Novo Mundo começaram a se perceber vinculadas ao espaço natal, a se entender desde uma noção de pertença à terra de origem, a qual desejaram transformar em nacionalidade.

Anderson indica que, na Europa da imprensa nascente, houve a territorialização da língua, que fragmentou a unidade até então garantida pela fé e pelas dinastias imperiais. Essas adquiriram cunho “nacional”, condição que garantiu sua permanência na Idade Moderna. Na América, talvez seja possível afirmar que a “territorialização” foi literalmente telúrica, graças à assimilação

entre o espaço e o sentimento suscitado por ele.

Provavelmente foram os Estados Unidos o lugar em que a associação entre nacionalidade e conquista do território tenha se dado de modo mais completo. Ainda que a independência tenha envolvido a área ocupada pelas treze colônias originais, a expansão na direção do Ocidente já se anunciava no século XVIII; e, na primeira metade do século XIX, o país incorporava a Louisiana, disputava o Texas e avançava célere rumo à conquista da região junto à orla do oceano Pacífico. A Doutrina Monroe, ambígua aos olhos atuais, significou, em 1823, uma tomada de posição política que tinha como referência o desenho geográfico do Estado que se apresentava à população norte-americana.

Outros povos elegeram fórmulas distintas, sem abrir mão da relação entre nacionalidade e espaço físico. Alguns colocaram a literatura na função de intermediário, transferindo-lhe a tarefa de representar o sentimento da nacionalidade que se definia por um apreço especial conferido à pátria, local de nascença e permanência. No Brasil, o processo tomou configuração particular, pois, mais do que representar ou traduzir aquele sentimento ou consciência nacional, coube à literatura substituí-lo, tomar seu lugar e constituir, ela mesma, a encarnação do nacional.

Não foram os teóricos e militantes da Independência que delegaram à literatura aquela missão, pois a tarefa definiu-se algumas décadas após a separação da metrópole. Foi preciso, inicialmente, suplantar o sentimento antilusitano experimentado pelos intelectuais que tiveram de aceitar o governo de D. Pedro I, depois apelar o imperador do poder e então buscar na história os dados que ajudariam a encorpar a consciência da nacionalidade. É que essa não podia se construir à revelia das relações mantidas, desde o período colonial, com a Metrópole, de modo que se fez à custa da conciliação entre separatismo e aceitação da dependência econômica e cultural.

O aparecimento, em 1838, de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, modelado conforme o de Paris, colaborou para que o intuito nativista se concretizasse. Mas o fato de que, no começo da década de 1840, seus membros ainda buscassem fórmulas que ensinassem “Como se deve escrever a história do Brasil”, tema do concurso promovido em 1840 e vencido, em 1845, por um estrangeiro, o cientista alemão Carl F. Philip

² Cf. MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro 6 (24) : 389 - 411. Janeiro de 1845. Cf. igualmente ZILBERMAN, Regina. Romance histórico, história romanceada. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Org.). *Gêneros de fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

³ Cf. DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Trad. e notas Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968. Cf. GARRETT, Almeida. *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*. In: ____. *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826.

⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. "Bosquejo da história da poesia brasileira." In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 100. Originalmente publicado em *Modulações poéticas*. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1841.

von Martius, é sugestivo das dificuldades experimentadas por aquele colegiado, numa época em que a autonomia política parecia assegurada.²

A mesma década de 40 do século XIX presenciou fenômeno interessante: se ainda era preciso estabelecer parâmetros para a redação da história do Brasil, que, da sua parte, não podia evitar a afirmação da presença e influência portuguesa, a história da literatura, por outro lado, já propunha algumas formulações bem definidas. As primeiras propiciaram-nas estrangeiros interessados na trajetória literária que o país parecia dispor: em 1826, tanto o francês Ferdinand Denis, quanto o lusitano Almeida Garrett, ambos residentes na ocasião em Paris, conferiam detida atenção aos poetas nascidos no Brasil, comparando-os a seus confrades lusitanos.³ Mas os brasileiros não demoraram a se manifestar, valendo a pena destacar que, em 1841, Joaquim Norberto de Sousa Silva, já então membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, redigia o "Bosquejo da história da poesia brasileira", bastante calcado nos predecessores Denis e Garrett, mas, ainda assim, confiante de que "*já possuíamos uma literatura, senão legitimamente nacional, – que raras o são –, ao menos em parte*",⁴ sintoma de que igualmente contabilizávamos um passado e consistíamos uma nação.

A literatura corporificou doravante a nação, respondeu por ela e prestou contas, em nome da autonomia e da auto-suficiência, ausente talvez em outros setores da vida pública e social. Os historiadores da literatura converteram-se em avalistas da nacionalidade, o que, se, de um lado, aumentou sua responsabilidade, de outro, afiançou a notoriedade que alcançaram, bem como sua inserção nos aparelhos de Estado: no século XIX, o Colégio de Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; no século XX, a universidade, onde exercem seu ofício.

A história da história da literatura é, pois, a da trajetória da busca, encontro e afirmação da nacionalidade, expressa e materializada pelas obras que formam aquele acervo. Antônio Candido situa-se num ponto fulcral desse percurso, porque, assim como se integra ao processo, revela seus limites e aponta para suas contradições, indicando, por extensão, as alternativas que se abrem ao pesquisador a partir do modo como desempenhou sua função.

1. Uma história de formações

Quando publicou, em 1959, a *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, Antonio Candido já tinha percorrido os caminhos da história da literatura, matéria de sua *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*, de 1945, e de sua participação, com o capítulo “O escritor e o público”, no projeto encabeçado por Afrânio Coutinho e intitulado *A literatura no Brasil*. O crítico literário talvez fosse mais notório, graças à atuação na revista *Clima*, no começo da década de 1940, e nos jornais *Folha de São Paulo*, *Diário de São Paulo* e *Estado de São Paulo* (cujo famoso *Suplemento Literário* ajudou a planejar e a manter), nos anos 40 e 50, de que resultaram os estudos reunidos em *Brigada ligeira*, de 1945, e *O observador literário*, de 1959.⁵

Quando publicado, “*Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*” constituiu, contudo, seu produto mais extenso e encorpado, revelador de seu profundo conhecimento da tradição da literatura brasileira, com ênfase na documentação dos séculos XVIII e XIX, citada ao longo dos dois volumes do livro. Candido costuma falar com certa modéstia da obra, atribuindo sua feitura à encomenda do editor José de Barros Martins, que o encarregara de elaborar “*uma história da literatura brasileira, aos origens aos nossos dias, em dois volumes breves, entre a divulgação séria e o compêndio*”, aguardara pacientemente “*nada menos de dez anos*” e acolhera um texto distinto do solicitado, portador de um título não muito usual nos meios literários.⁶

Vale lembrar, por outro lado, que, no mesmo ano, Celso Furtado publicava a *Formação econômica do Brasil* e que, na década anterior, mais exatamente em 1942, Caio Prado Júnior editara *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, enquanto Nelson Werneck Sodré, em 1944, escrevera e publicara, pela coleção Documentos Brasileiros, da José Olympio, a *Formação da sociedade brasileira*. Um ano antes do aparecimento da *Formação da literatura no Brasil*, em 1958, Raymundo Faoro lançara *Os donos do poder*, cujo subtítulo informava tratar a obra da “*Formação do patronato político brasileiro*”.

O capítulo das “*formações*” congregava importantes intelectuais e pesquisadores do Brasil até o princípio da década de 60, que, por meio do título de seus livros, confessavam determi-

⁵ Cf. D'INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLC, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida*. Ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras; Poços de Caldas: Instituto Moreira Salles, 1992.

⁶ CANDIDO, Antonio. Prefácio da 1ª edição. In: _____. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 2. ed. revista. São Paulo: Martins, 1964. V. 1, p. 13.

nada afinidade intelectual entre si.

No prefácio à *Formação econômica do Brasil*, Francisco Iglésias destaca que, ainda que o autor do livro, Celso Furtado, fosse economista, a atitude que assume na redação da obra é a do historiador. O mesmo atributo confere Iglésias a Caio Prado Júnior, que, em 1945, escreve a *História econômica do Brasil*. Nesse caso, destaca que o trabalho de Prado Júnior importa sobretudo para a história, tal qual o de Furtado, embora o pesquisador paulista talvez desejasse ser acolhido pelos economistas.⁷ A observação de Iglésias indica como o termo “formação”, presente direta ou indiretamente nos títulos, vincula-se ao âmbito da história, apresentando-se como uma das facetas da investigação das genealogias.

O estabelecimento das “formações” é uma maneira de fazer história, que, desde logo, nega uma tendência do gênero, a de buscar as origens ou o ato primordial da fundação. Esse procedimento vigorou no século XIX, sobretudo quando se estabilizaram as histórias nacionais, caracterizadas pelo esforço de fixar o momento, ou a data, de nascimento da pátria. Aceito o episódio inicial, estruturava-se a cronologia, contínua e ascendente, na direção do aperfeiçoamento das marcas iniciais e diferenciadoras, que viriam distinguir e assegurar o perfil nacional.

O século XIX mostrou-se pródigo no que diz respeito a histórias nacionais desse feitio, modelo absorvido e assimilado pelas histórias da literatura. Também essas movimentavam-se na busca dos incidentes fundadores, a gênese mítica, a partir da qual se construía uma tradição; marcada por especificidades e diferenças. O pensamento romântico, valorizando as origens e a primitividade, colaborou para fundamentar teoricamente a historiografia da literatura, que assim se consolidou e expandiu-se, firmando-se sobretudo graças à sua aliança com a escola e o ensino.

Na passagem do século XIX para o XX, pensadores como Friedrich Nietzsche questionaram o arranjo da história, de um lado, entendendo o nascimento como um evento consagrador, e não como manifestação de primitividade inacabada e imperfeita, de que é exemplo seu estudo sobre a tragédia grega;⁸ de outro, valorizando a pesquisa em nome das genealogias, momento de revelação, compreensão e análise da natureza dos temas e objetos que vêm a ser matéria da reflexão do filósofo.⁹

A pesquisa focada na genealogia privilegia o começo, acom-

⁷ IGLÉSIAS, Francisco. Introdução. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

⁸ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *El nacimiento de la tragedia*. Introdução, tradução e notas Andrés Sánchez Pascual. Buenos Ayres: Alianza, 1998.

⁹ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *La genealogía de la moral*. Introdução, tradução e notas Andrés Sánchez Pascual. Buenos Ayres: Alianza, 1998.

panhando a transformação, e não sua evolução. Só que o começo é móvel, porque corresponde ao tempo em que a investigação inicia, ocasião escolhida e fixada pelo pesquisador, que a elege em sintonia com o tema a estudar e a perspectiva a assumir. Se o tema perde em autonomia, o estudioso ganha em compromisso com o trabalho executado, passando, doravante, um a depender do outro. O ângulo metodológico adotado faz com que o tema dependa do sujeito que o investiga; mas esse precisa responder pelas formulações apresentadas.

O modo como Antonio Candido lida com a formação da literatura brasileira guarda afinidades com essa proposta de se fazer história, cujo resultado permitiu-lhe, por extensão, refletir sobre a sociedade brasileira a partir de paradigmas que suplantam as limitações impostas pela ótica romântica.

2. Formação e sistema

Candido explica o entendimento da noção de formação na introdução de sua obra, dividida em quatro capítulos. O primeiro começa por uma tomada de posição, estando declarado no parágrafo de abertura que “*este livro procura estudar a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particularistas*”;¹⁰ logo a seguir, explica que, para melhor compreender o “*processo formativo*”, cabe distinguir entre “*manifestações literárias*” e “*literatura propriamente dita*”, sendo essa considerada “*um sistema de obras ligadas por denominadores comuns*”.¹¹

Na perspectiva de Antonio Candido, o reconhecimento de que os textos literários estão interligados garante a identificação do sistema. A literatura não se confunde com a obra; pelo contrário, ultrapassa-a, constituindo uma armação que acolhe ou rejeita criações distintas que se apresentam a ela. Essa descrição não esgota, porém, a *noção* de sistema, que transcende o universo artístico, ao incluir uma rede de sujeitos e de concepções vigentes no meio onde a criação individual aparece. Eis a natureza dos denominadores comuns, assim discriminados pelo Autor:

Estes denominadores são, além das características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e

¹⁰ CANDIDO, Antonio. Op. cit. p. 25.

¹¹ Id. p. 25. Ênfases do A.

psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade.¹²

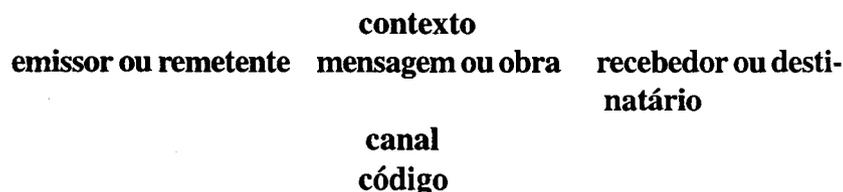
¹² Id. p. 25-26.

Candido refere-se a três elementos – sumariamente resumidos ao produtor literário, ao conjunto de receptores, e ao mecanismo transmissor, a linguagem – que possibilitam a uma obra literária aparecer e amalgamar-se a um processo de comunicação interpessoal. Percebe-se desde logo que o sistema conta com, pelo menos, quatro fatores, pois um deles, a linguagem, definida de modo muito amplo no excerto citado, inclui tanto um suporte material, que varia segundo sua especificidade, quanto um código virtual.

No ensaio, datado de época aproximada, “A literatura e a vida social”, Candido insiste no modelo triádico, referindo-se aos “três momentos indissoluvelmente ligados da produção, e [que] se traduzem, no caso da comunicação artística, como *autor, obra, público*.”¹³ Trata-se, porém, de uma simplificação de sua intuição metodológica, que, de certo modo, condiz com o modelo preferido pela teoria da comunicação, formado por seis elementos em permanente integração e comutação:¹⁴

¹³ CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In: _____. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1965. p. 27. Ênfases do A.

¹⁴ Cd. JAKOBSON, Roman. *Linguística e poética*. In: _____. *Linguística e comunicação*. 2. ed. Trad. Isidoro Blickstein e José Paulo Pes. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 123.



Na perspectiva de Candido, esse modelo, ainda que orgânico, não é estático, mas dinâmico, já que a interação entre os fato-

res da comunicação aciona e anima o sistema. Além disso, confere papel categórico ao público, noção coletiva que abriga os destinatários das manifestações dos produtores literários. Por último, materializa o significado da formação, pois essa somente se concretiza quando estão presentes os sujeitos, os meios e as intenções artísticas que, conjugados, mobilizam-se para prover de cultura e de literatura a um determinado ambiente ou cenário geográfico.

No Brasil, segundo Antonio Candido, “isto ocorre a partir dos meados do século XVIII, adquirindo plena nitidez na primeira metade do século XIX”:¹⁵

É com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira.¹⁶

¹⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. V. 1, p. 27.

¹⁶ Id. p. 27.

Amparado na noção de sistema, Candido pode enraizar a formação num determinado tempo e em certo espaço, liberando-se dos atos fundadores, dos atestados de nascimento e de batismo, das manifestações isoladas, dos voluntarismos individuais. A formação não constitui processo abstrato, nem o sistema opera no vácuo, já que inclui, como se fosse um sétimo fator, uma dada intenção – no caso, a vontade de fazer literatura brasileira. O historiador da literatura retorna ao ponto de onde saíram os pesquisadores que o antecederam, para oferecer sua interpretação dos acontecimentos. O sistema pode não ter início, mas dispõe de uma finalidade, matéria principal do projeto da historiografia literária brasileira.

3. Início e projeto

Em 1996, Antonio Candido publicou uma *Iniciação à literatura brasileira*, resumo originalmente destinado a fazer parte de obra coletiva a ser publicada na Itália “no quadro das comemorações do 5º Centenário do descobrimento da América”.¹⁷ A coletânea programada não se concretizou, o autor conservou o original até decidir lançá-lo “como texto interno da nossa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”, com o intuito de “oferecer aos jovens da Casa uma espé-

¹⁷ CANDIDO, Antonio. Nota prévia. In: _____. *Iniciação à literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 9.

¹⁸ Id. *ibid.*

cie de aide mémoire que esclareça o desenho geral da literatura brasileira e sirva de complemento a textos mais substanciosos.”¹⁸

Mais uma vez a modéstia da apresentação não faz jus ao texto, que, ao substituir a “formação” pela “iniciação”, retoma pontos fundamentais da obra de 1959. O primeiro deles aparece na introdução, em que o autor observa, primeiramente, a pertença da literatura do Brasil às “do Ocidente da Europa”. A seguir, lembra que, no nosso caso, “o conceito de ‘começo’ é nela bastante relativo”, porque, ao contrário do que ocorreu com as “literaturas matrizes” (como a portuguesa, em relação à brasileira),¹⁹ não houve uma paulatina e simultânea constituição da língua, da literatura e da sociedade. Na América, deu-se o imediato e cabal transplante de uma tradição literária já existente:

¹⁹ CANDIDO, Antonio. Apresentação. In: _____. *Iniciação à literatura brasileira*. p. 11.

Assim, a literatura não ‘nasceu’ aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova.²⁰

²⁰ Id. p. 12.

A seguir, o autor completa e explicita o paradoxo:

Num país primitivo, povoado por indígenas na Idade da Pedra, foram implantados a ode e o soneto, o tratado moral e a epístola erudita, o sermão e a crônica dos fatos.²¹

²¹ Id. p. 13.

Além de paradoxal, o processo tem um significado ideológico que evidencia o papel exercido pela literatura durante a colonização e a trajetória subsequente da sociedade brasileira:

A história da literatura é em grande parte a história de uma imposição cultural que foi aos poucos gerando expressão literária diferente, embora em correlação estreita com os centros civilizadores da Europa.²²

²² Id. p. 13.

A conclusão, surpreendente pela convicção, motiva a necessidade de explicar o sentido da palavra “imposição”:

Esta imposição atuou também no sentido mais forte da palavra, isto é, como instrumento colonizador, destinado a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através inclusive das classes dominantes locais.

Com efeito, além da sua função própria de criar formas ex-

pressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do Rei, mas o monopólio da língua. Com isso, desqualificou e proscreeu possíveis fermentos locais de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão-de-mundo dos povos subjugados.

Essa literatura culta de senhores foi a matriz da literatura brasileira erudita.²³

²³ Id. p. 13.

Rejeitando, por outra via, o conceito de fundação ou começo mítico, tal como fizera na *Formação*, Candido, na *Iniciação*, reitera o caráter motivado e pragmático que acompanha a presença e a ação da literatura no espaço americano. Mais explicitamente materialista que nos anos 50, não tem ilusões quanto ao papel que exercem os aparelhos culturais e a tradição literária no processo de ocupação e colonização do Novo Mundo. Contudo, não se deixa levar pela perspectiva reducionista, tratando de evidenciar o modo dialético com que se dá o desenvolvimento da literatura nas condições impostas pelo meio – físico, econômico, social – original. Eis por que lembra que cabe “*discernir na literatura brasileira um duplo movimento de formação*”, decorrente da ação de dois fatores diversos que requereram harmonização: de um lado, a necessidade de converter a realidade observada, diferente da que caracterizava a literatura européia, em tema artístico, o que significou inserir o novo no corpo do tradicional; de outro, a necessidade de alterar as formas convencionais, para que tivessem condições de absorver os dados locais, o que significou adaptar o velho às formulações do até então desconhecido.

O jogo que se estabelece determina a permanente e irremovível tensão experimentada pelos produtores literários brasileiros, que se expressam com mais intensidade à medida que o sistema se consolida. Esse adquire forma a partir da segunda metade do século XVIII, reproduzindo-se na *Iniciação* o recorte histórico proposto na *Formação*, agora com nome e sobrenome, pois o período é designado “*era de configuração do sistema literário*”, antecedido pela “*era das manifestações literárias*” e sucedido pela “*era do sistema literário consolidado*”.²⁴ Sistema, por

²⁴ Id. p. 14. Itálicos do A.

sua vez, recebe definição ligeiramente diversa, ainda que o pensador não resista a defini-lo conforme um modelo triádico:

Entendo aqui por **sistema** a articulação dos elementos que constituem a atividade literária regular: **autores** formando um conjunto virtual, e veículos que permitem o seu relacionamento, definindo uma “vida literária”: **públicos**, restritos ou amplos, capazes de ler ou ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem e atuem; **tradição**, que é o reconhecimento de obras e autores precedentes, funcionamento como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar.²⁵

²⁵ Id. p. 15.

Talvez seja o impacto do método dialético, debitado a Hegel e, depois, a Marx, que leve Antonio Candido a repartir em três parcelas a noção de sistema que elege, assim como acontece ao recorte histórico proposto, que apresenta invariavelmente três etapas.²⁶ A etapa intermediária corresponde à antítese da primeira desde sua designação, pois, tal como na *Formação* e em ensaios posteriores, opõe as já mencionadas “manifestações literárias” à “literatura”, correspondendo essa a uma estrutura definida e complexa. Por decorrência, não pode encampar a divisão usual, preferida pela historiografia romântica e não desmentida depois, entre as literaturas anterior e posterior à Independência, divisão aceita mesmo pelo nada romântico José Veríssimo, embora esse justifique a repartição em termos estéticos, e não exclusivamente históricos.²⁷

²⁶ Em “Literatura e desenvolvimento”, Candido vale-se mais uma vez da tríplice repartição para entender e descrever a escala de re-representação do subdesenvolvimento pela literatura brasileira. Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e desenvolvimento*. In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

²⁷ Cf. VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

Com efeito, conforme Candido, tanto o que precedeu a separação política de Portugal e o Romantismo, quanto esse último movimento constituem uma única etapa, relativamente homogênea e contínua, caracterizada não por estilos, temas ou escolas, mas pela adoção de um projeto comum.

É na *Formação* que Candido refere-se pela primeira vez a esse projeto, descrito ainda na introdução da obra. Dado o fato de que ele define a natureza da literatura brasileira, desenhando sua personalidade e percurso, o projeto revela-se metodologicamente mais importante para a construção da história literária do que o reconhecimento do sistema e seu funcionamento. Esse constitui pré-condição da literatura, mas corresponde a uma armadura que requer preenchimento, o corpo e a alma traduzidos pelo projeto.

Que, no caso da literatura brasileira, tem o seguinte teor:

Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus; mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto.

(...)

Depois da Independência o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isto explica a importância atribuída, neste livro, à “tomada de consciência” dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam.²⁸

²⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. V. 1, p. 28.

Ao identificar o projeto que anima os escritores brasileiros, nascidos ou residentes na América portuguesa, Candido procede a uma importante inversão. Diferentemente dos historiadores da literatura que o antecederam (e a alguns que o sucederam), ele não vai atrás da expressão nacional, que conferiria distinção e autonomia às obras produzidas no torrão natal ou relativas a ele. Pelo contrário, ele transfere a busca para os autores estudados: são os intelectuais e criadores de boa parte dos séculos XVIII e XIX que trataram de se mostrar brasileiros, produzir uma arte “legitimamente americana”, segundo os termos utilizados por Joaquim Norberto, antes citados, e, com isso, competirem em pé de igualdade com seus confrades europeus, em vez de emularem-nos.

Candido não incorpora tal busca como sua, de modo que não precisa cobrar dos homens que fizeram a história da literatura brasileira a realização de uma idéia pré-concebida e antecipada pelo pesquisador. Em vez de ver o tecido pelo avesso, como seguidamente agiu a intelectualidade nacional perante seu próprio passado, ele analisa o lado direito, verificando o que foi alcançado na direção da realização de um projeto que fez do Brasil uma nação.

Nação com seus problemas e paradoxos, sem dúvida. Como se observou antes, os românticos elegeram a literatura para, mais do que representar, corporificar a nacionalidade; da sua parte, porém, o país, povoado por iletrados, na maioria escravos, depois

imigrantes oriundos de regiões muito pobres da Europa, só poderia frustrá-los. Antes disso, como o próprio Candido destaca, a literatura tinha sido instrumento de dominação, imposição cultural, inculcação de valores estranhos aos habitantes originais da América; tinha sido também instrumento de exclusão, pois apenas no século XX, e nas últimas décadas principalmente, as formas de expressão populares receberam atestado de legitimidade artística, podendo ser inseridas ao cânone e circular pela escola e pelas instituições culturais.

Por tudo isso, a literatura parecia o veículo menos adequado a passar atestado de autonomia e nacionalidade a seus usuários. Foi ela, contudo, que recebeu a incumbência, e narrar sua história é igualmente acompanhar um trajeto de muitos fracassos e poucos sucessos. Trata-se, porém, de uma história consolidada, frágil no que diz respeito aos resultados, mas resistente enquanto itinerário compacto e contínuo. Entendê-la equivale a entender a nós mesmos e a nosso lugar no trajeto percorrido, tendo, sempre que possível, a obra de Antonio Candido como nosso guia.

